



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
NÚCLEO DE REGISTRO MIGRATÓRIO - NRM/DELEMIG/DREX/SR/PF/SP

NOTIFICAÇÃO

Interessado: **ALESSANDRO MAGNINI**

Referência: Instauração de **Processo Administrativo de Perda de Residência nº 08704.001662/2026-29**

Conforme disposto no art. 33 da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, **inc. III, art. 135 c/c art. 138** do Dec. nº 9.199/17,

Fica o(a) senhor(a) **ALESSANDRO MAGNINI**, portador(a) documento de identificação de estrangeiro nº **V701953B (ATIVO)**, natural da(o/e) Itália, nascido(a) aos 22/08/1978, filho(a) de PAOLA ABBONDANZA e PIETRO PAOLO MAGNINI, **NOTIFICADO(A)** a apresentar **RECURSO**, no **PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS**, em face de decisão prolatada pelo Superintendente Regional da Polícia Federal em São Paulo **que determinou** a perda de sua autorização de residência em razão de **ter se ausentado do País por período superior a dois anos, sem que tenha sido apresentada justificativa admissível**, nos termos do artigo 135, inciso III, do Dec. nº 9.199/17, **NO PERÍODO** compreendido entre 01/09/2008 a 24/09/2010; 27/12/2011 a 26/03/2014; 19/04/2019 a 15/06/2023 e 15/06/2023 a 24/02/2026.

DECISÃO DO SR:

Diante das informações e documentos produzidos, em concordância com o teor do Despacho DELEMIG acima e Despacho/Relatório NRM/DELEMIG/DREX/SR/PF/SP 146632923, cujos fundamentos adoto como razões para decidir, **DECRETO** a perda da autorização de residência do(a) referido(a) imigrante no Brasil, por ter se ausentado do País por período superior a dois anos, sem que tenha sido apresentada justificativa admissível ou plausível.

Os documentos relativos ao recurso deverão ser apresentados em **FORMATO PDF** por meio eletrônico através do e-mail: processos.nre.drex.srsp@pf.gov.br ou protocolados no 3º andar desta Superintendência, Rua Hugo D'Antola, 95, Lapa de Baixo, São Paulo/SP.



Documento assinado eletronicamente por **YANINE GORAYEB SANTIAGO, Agente de Polícia Federal**, em 08/07/2026, às 15:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=146975051&crc=7D175B30](https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=146975051&crc=7D175B30).

Código verificador: **146975051** e Código CRC: **7D175B30**.

Referência: Processo nº 08704.001662/2026-29

SEI nº 146975051